**PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA(PDDE): MARCO TEÓRICO E DOCUMENTAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA DA UNIÃO**

Michelle Evangelista dos Santos[[1]](#footnote-1)

Silvia Cristina Conde Nogueira[[2]](#footnote-2)

**E-mail:** (pedagogamichellesantos@gmail.com)

**GT 1:** (Educação, Estado e Sociedade na Amazônia**)**

**Resumo**

O presente estudo faz parte de uma pesquisa em andamento no curso de Mestrado em Educação (2023/1) do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), vinculado a Linha de Pesquisa 1: Educação, Estado e Sociedade na Amazônia. Está delimitado nas principais políticas de financiamento da Educação Básica, principalmente a Assistência técnica e financeira da União, na Gestão Municipal e a política de avaliação IDEGES-PDDE[[3]](#footnote-3). Tem como objetivo geral compreender a partir da análise dos índices do IDEGES-PDDE os pontos críticos e contraditórios da política de gestão do PDDE e para alcance dessa compreensão iremos: Realizar um levantamento dos debates teóricos mais relevantes sobre as políticas de Financiamento da Educação Pública no Brasil; Identificar a materialidade histórica em que as políticas de assistência técnica e financeira da União, como o PDDE, vão se constituindo no Brasil a partir da década de 1990; Caracterizar a avaliação dos Secretários Municipais de Educação sobre as variáveis que compõem o IDEGES-PDDE dos municípios e Discutir as contradições da política de gestão do PDDE. Para alcançar os objetivos propostos na pesquisa é fundamental planejar um percurso metodológico. Neste sentido, a natureza da pesquisa é exploratória e explicativa, com uma abordagem quanti-qualitativa, e o lócus desta investigação será 27 municípios do interior do Amazonas. Ademais, o método que conduz a pesquisa é o Materialismo Histórico-Dialético, e para fazer análise crítica da realidade usaremos as categorias: totalidade, mediação e contradição, baseadas na visão de Marx e Engels (2007, 2011). Dessa forma, para atender aos objetivos propostos neste trabalho será imprescindível realizar uma discussão, um aprofundamento teórico e documental sobre a Gestão do PDDE. A pesquisa encontra-se na seguinte fase: a construção do quadro de levantamento do estado da arte, do marco teórico, documental e do levantamento dos índices de gestão e desempenho no PDDE dos municípios selecionados para compor o universo da pesquisa no sistema de monitoramento do PDDE. Os resultados parciais apresentam o início da revisão bibliográfica para as categorias analíticas: contrarreforma, educação, financiamento e Assistência Técnica e financeira da união sendo: nacionais: BEHRING (2003), BEHRING; BOSCHETTI (2011), COSTA; TAVARES; COUTO (2021), CAVALCANTI (2019); regionais: GONÇALVES (2010) e Tede Ufam: NOGUEIRA (2016), SANTOS (2021), TAVARES (2019). A revisão documental, foram: **Resolução nº 12, de 10 maio de 1995,** Lei nº 11.947 (1), de 16 de junho de 2009, Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021 e Resolução CD/FNDE/MEC nº 6, de 4 de maio de 2023. Contudo, espera-se que os resultados a serem alcançados desta investigação possam contribuir para futuras pesquisas na área do financiamento da educação na particularidade do Amazonas.

**Palavras-chave:** Financiamento da Educação Básica; PDDE; Assistência financeira da União.

**Referências**

Livros:

BEHRING, E. R. Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTI, C. R. Tensões federativas no financiamento da educação básica: equidade, qualidade e coordenação federativa na assistência técnica e financeira da União. 1ª ed. Curitiba: Appris, 2019.

MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. (Col. Marx-Engels).

MARX, K.; ENGELS, F. A sagrada família ou a crítica da crítica: contra Bruno Bauer e consortes. Trad. Org. e Notas Marcelo Backes. 1 ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011. (Col. Marx-Engels).

MARX, K. A. Introdução. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. (Col. Marx-Engels).

Leis e Documentos Oficiais:

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 12, de 10 de maio de 1995. Brasília: FNDE, 1995.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jun. 2009.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 16 de setembro de 2021. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 set. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Resolução CD/FNDE/MEC nº 6, de 4 de maio de 2023. Estabelece os critérios para a transferência automática dos recursos financeiros destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 maio 2023.

\_\_\_\_\_\_\_\_. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. FNDE. Monitore o PDDE. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pdde/monitore-o-pdde>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

Artigos e Dissertações:

COSTA, M.; TAVARES, E. S. T.; COUTO, M. E. C. Financiamento da Educação Básica no Brasil – desconstrução e reconstrução político-histórica. Revista Educação e Políticas em Debate, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 172–187, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GONÇALVES, R.P. Financiamento da Educação Básica: Realidade ou Ilusão? In: GONÇALVES, R.P., LIMA. O.G, MOREIRA, E.V. (Org.). As Políticas Públicas Educacionais: visões críticas na atualidade. Amazonas, Fundação Universidade do Amazonas, 2010.

NOGUEIRA, S. C. II Fase da política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas: acesso ampliado e precarizado à educação pública. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.

SANTOS, Morgana Brazil. Financiamento da educação básica no Brasil: uma análise das propostas para a complementação da União na definição do novo FUNDEB. 2021. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

TAVARES, D. M. G. Emenda Constitucional 95/2016: instrumento de retomada da desvinculação das receitas da União sobre a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. 2019. 113 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

1. Professora, Pedagoga na Secretária Municipal de Educação de Manaus (SEMED), Mestranda em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). [↑](#footnote-ref-1)
2. Graduada em Pedagogia (2001), Mestra (2007) e Doutora (2016) em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Desde 2009 é professora na UFAM. [↑](#footnote-ref-2)
3. O Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IDEGES-PDDE) é um instrumento para mensurar o desempenho da gestão descentralizada do PDDE em todo território nacional, com o objetivo de viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação, orientar a ação governamental para melhoria do desempenho do Programa, favorecer o exercício do controle social e reconhecer iniciativas exitosas de gestão. [↑](#footnote-ref-3)